



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**09/10/2013**



# INDICE

---

1. JORNAL A TARDE	
1.1. AÇÕES TJMA.....	1
1.2. CASAMENTO COMUNITÁRIO.....	2
1.3. CORREGEDOR.....	3
1.4. DECISÕES.....	4
1.5. SERVIDORES.....	5
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. DECISÕES.....	6 - 7
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
3.1. SERVIDORES.....	8
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. DECISÕES.....	9
4.2. EVENTOS.....	10
4.3. PRESIDÊNCIA.....	11 - 13
5. JORNAL O IMPARCIAL	
5.1. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	14 - 17
5.2. VARA DA MULHER.....	18
6. JORNAL PEQUENO	
6.1. AÇÕES TJMA.....	19
6.2. CORREGEDOR.....	20
6.3. DECISÕES.....	21
6.4. PUBLICIDADE LEGAL.....	22
6.5. SERVIDORES.....	23 - 24
6.6. VARAS CRIMINAIS.....	25

## ARQUIVO DO TJMA ENCAMINHA NOVO LOTE DE AGRAVOS PARA RECICLAGEM

O Arquivo do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) está descartando 190 agravos de instrumento - recursos formados, em sua quase totalidade, por cópias de processos, passíveis de eliminação. Só farão parte do material descartável os agravos com decisão final e sem possibilidade de outro recurso. Outros 14 mil agravos de instrumento *foram descartados pelo TJMA.*

## **CASAMENTO COMUNITÁRIO: SANTA LUZIA DO PARUÁ ABRE INSCRIÇÕES PARA CERIMÔNIA**

Encontram-se abertas desde essa segunda-feira (07), na Comarca de Santa Luzia do Paruá, as inscrições para o casamento comunitário que a unidade promove no dia 10 de dezembro, a partir das 19h, no Ginásio Poliesportivo (Rua do Progresso, s/n, Santa Luzia do Paruá). O encerramento das inscrições acontece no dia 22 de outubro. As informações constam de edital assinado pelo titular da comarca, juiz Rodrigo Costa Nina.

## **APROVADO NOVO CÓDIGO DE NORMAS DA CGJ-MA**

Foi assinado nesta terça-feira (08), pelo corregedor-geral da Justiça do Maranhão, Des. Cleones Cunha, o Provimento nº 11/2013 que aprova o novo Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão. O documento reúne todas as normas e procedimentos referentes aos serviços judiciais de 1º Grau e extrajudiciais.

## VIÚVA DE ESTIVADOR VÍTIMA DE ACIDENTE DE NAVIO RECEBERÁ R\$ 100 MIL DE INDENIZAÇÃO

A empresa Costa Norte Marotoma e o Sindicato dos Estivadores e Trabalhadores em Estiva de Minérios de São Luís foram condenados a pagar R\$ 100 mil de indenização por danos morais a Maria Eleotéria Soares Abreu, esposa do estivador Luiz Miguel de Lima, vítima fatal de acidente de trabalho. A decisão é da 1ª Câmara Cível, que reformou sentença proferida pela 6ª Vara Cível da Capital.

## TJMA IMPLANTA PERCENTUAL DE 11,98% NOS SALÁRIOS DOS SERVIDORES



A partir deste mês, todos os servidores do Poder Judiciário do Maranhão terão o percentual de 11,98% decorrentes da URV (Unidade Real de Valor) implantados em seus contracheques, com a consequente repercussão nas folhas de novembro, dezembro, 13º salário e Gratificação por Produtividade Judiciária (GPJ).

# Viúva de estivador vítima de acidente receberá R\$ 100 mil de indenização

PÁGINA 3

# Viúva de estivador vítima de acidente de navio receberá R\$ 100 mil de indenização

A empresa Costa Norte Marotoma e o Sindicato dos Estivadores e Trabalhadores em Estiva de Minérios de São Luís foram condenados a pagar R\$ 100 mil de indenização por danos morais a Maria Eleotéria Soares Abreu, esposa do estivador Luiz Miguel de Lima, vítima fatal de acidente de trabalho. A decisão é da 1ª Câmara Cível, que reformou sentença proferida pela 6ª Vara Cível da Capital.

De acordo com os autos, o fato aconteceu em 1996, quando a vítima trabalhava como estivador, no Porão II do Navio Frota Singapore, que se encontrava ancorado no Porto do Itaqui, em São Luís.

O laudo pericial produzido no inquérito instaurado pela Capitania dos Portos do Maranhão e apresentado posteriormente na ação rescisória, contribuiu para a modificação do julgamento, ao afastar a responsabilidade do estivador pelo acidente. O documento também comprovou que a má estiva da carga no porão, bem como o fato da embarcação está carregando outro porão, foram as causas de-

terminantes do acidente.

O desembargador Raimundo Barros, que proferiu voto vista, entendeu que a parte teve dificuldade de acesso ao laudo pericial ou, até mesmo, desconhecia o documento, elaborado, provavelmente, de forma sigilosa, comum nas atividades militares. Por esse motivo, concluiu que Maria Abreu deveria ser indenizada por danos morais ocasionados pela perda de seu companheiro.

Em seu voto, Raimundo Barros, citou entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), referindo-se às condições desiguais vivenciadas por trabalhadores rurais e seus familiares. "O STJ considera ser irrelevante o fato do documento apresentado ser preexistente à abertura da ação.

"Diante das dificuldades vivenciadas pelos trabalhadores portuários e seus familiares e, especialmente, dos estivadores, explorados e marginalizados por empresas e sindicatos, nada mais justo do que concedermos essa indenização à esposa da vítima", opinou o desembargador.

# TJMA implanta percentual de 11,98% nos salários dos

A partir deste mês, todos os servidores do Poder Judiciário do Maranhão terão o percentual de 11,98% decorrentes da URV (Unidade Real de Valor) implantados em seus contracheques, com a conseqüente repercussão nas folhas de novembro, dezembro, 13º salário e Gratificação por Produtividade Judiciária (GPJ).

O anúncio foi feito pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Antonio Guerreiro Júnior, após a publicação do Decreto N° 29.396/2013, no Diário Oficial do Estado do dia 27 de setembro, disponibilizado ontem.

"É mais uma conquista que serve de estímulo aos servidores da Justiça, mostrando o nível de comprometimento do Tribunal com a sua valorização profissional", ressalta Guerreiro Júnior.

O Decreto do Estado abriu o

crédito suplementar de R\$ 12 milhões do orçamento do Poder Judiciário, para reforço das dotações da Lei Orçamentária atual, após o pedido feito pelo presidente do TJMA, para cumprimento de decisão judicial em favor dos servidores.

Guerreiro Junior solicitou a liberação de R\$ 32 milhões, valor que seria necessário para realizar o pagamento de todo o exercício de 2013, como já vinha sendo executado para decisões anteriores.

O diretor Financeiro do Tribunal, Luiz Carlos Calvet, ressaltou o esforço do presidente em sensibilizar o Governo e levantar recursos para o pagamento retroativo, porém o valor aberto permite somente a implantação para os meses restantes de 2013, em razão do grande volume envolvido, sob pena de crime de responsabilidade.

## **Processo**

O Tribunal de Justiça retoma hoje o julgamento de processo no qual o deputado Raimundo Cutrim (PSB) é acusado de fraude imobiliária.

Há duas semanas, o processo começou a ser julgado, tendo o Ministério Público reafirmado duras acusações a Cutrim, mas a sessão foi suspensa por falta de energia elétrica.

Hoje, o relator dirá o que pensa e os desembargadores darão a palavra final.

# Melhorias na segurança pública serão discutidas hoje em fórum

Promovido pelo TJMA, evento contará com a participação de representantes dos sistema de justiça e segurança do Maranhão

As melhorias necessárias no sistema de segurança pública do Maranhão estão entre os temas a serem discutidos durante o 1º Fórum Estadual de Justiça Criminal. O evento acontecerá de hoje até sexta-feira (11), no Hotel Luzeiros, em São Luís, reunindo representantes dos sistemas de justiça e segurança para um diálogo intersectorial entre profissionais dos diversos órgãos, além da troca de experiências e boas práticas.

O Fórum é promovido pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, por intermédio da Unidade de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário, em parceria com a Secretaria Estadual de Justiça e Administração Penitenciária, Ministério Público e Defen-

soria Pública do Estado.

Mais de 300 participantes estão inscritos para o Fórum, entre magistrados, promotores, defensores, delegados, servidores da justiça criminal e sistema penitenciário, estudantes e demais operadores do Direito. A carga horária do evento é de 20 horas e para certificação, os participantes deverão cumprir pelo menos 75% da frequência.

"Com este Fórum, estamos dando o primeiro passo para a compreensão e o entendimento do papel de cada protagonista da justiça criminal e da segurança pública", destaca Fernando Mendonça, juiz titular da 2ª VEP, coordenador do fórum.

Na opinião do juiz, atualmente cada instituição, órgão ou agen-

te público vive isolado e esquece que faz parte de um sistema estatal, único. O futuro aponta para a integração, parceria, cooperação e o trabalho em rede onde a ordem jurídica permitir.

**Programação** - A conferência de abertura terá início hoje, às 19h30, com o coordenador nacional do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do CNJ, Luciano Losekann. Ele fará uma vinculação entre todos os eixos temáticos do evento, destacando as questões mais controversas e emergentes.

Amanhã (10), o tema Processo Penal será ministrado pelo promotor de justiça de São Paulo, Renato Marcão; em seguida, o procurador de justiça do Ministério Público de Santa Catarina, Paulo Brandão, abordará sobre Direito Penal. O secretário de Justiça e Administração Penitenciária do Maranhão, Sebastião

Uchoa, discorrerá sobre Segurança Pública. A última conferência versará sobre Execução Penal, que terá como debatedor o juiz maranhense Douglas de Melo Martins, atual coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (DMF) do CNJ.

À tarde, iniciam-se oficinas temáticas sobre Processo, Execução Penal e Direito Penal. Os trabalhos prosseguem na manhã de sexta-feira (11), sendo que na parte da tarde haverá plenária para aprovação de diretrizes e enunciados debatidos nas oficinas. Cada participante deve escolher um único tema. A conferência de encerramento será às 17h, com o advogado criminalista e professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, David Tangerino.

As inscrições são gratuitas. Mais informações podem ser obtidas pelos telefones (98) 3227-4014, 3227-3151 e 3235-1182.

# Guerreiro Jr. faz balanço da sua gestão à frente do TJMA

Desembargador avaliou a sua atuação como presidente do Tribunal de Justiça, com o aumento de produtividade e construção de fóruns. **Geral 5**

Biné Moraes



Desembargador Guerreiro Jr., presidente do TJ

# Em quase 2 anos, Guerreiro Júnior faz balanço de sua gestão à frente do TJMA

Presidente destaca avanços, como o aumento da produtividade, que dinamizou as ações do Tribunal de Justiça do Maranhão na capital e no interior do estado

**Carla Lima**  
Da editoria de Política

**N**a reta final à frente da presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), o desembargador Antonio Guerreiro Júnior fez ontem um balanço positivo dos principais pontos desenvolvidos na Justiça estadual durante quase dois anos. O aumento de produtividade, o pagamento de reposição de mais de 11% aos servidores do tribunal e a inauguração e reforma de fóruns são os principais destaques da sua gestão.

Ontem, o presidente Guerreiro Júnior anunciou o pagamento de 11,98% de reposição salarial aos servidores do Poder Judiciário, conforme determinado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A reposição é referente à conversão irregular dos salários quando da transição do cruzeiro real para a Unidade Real de Valor (URV), o real.

Essa reposição será feita de forma retroativa aos meses de agosto, setembro e outubro e deverá ser paga no salário do último mês. Os servidores terão ainda o valor desse percentual in-

cluído no 13º salário, segundo Guerreiro Júnior. No total, o TJ terá um impacto de cerca de R\$ 12 milhões com a decisão do STF.

O cumprimento da decisão do Supremo é colocado pelo presidente do TJ como um dos pontos positivos de sua gestão no tribunal. Além disso, o desembargador, que deixará o cargo de presidente do tribunal dia 20 de dezembro deste ano, aponta o aumento da produtividade como uma das ações que mais deu visibilidade ao judiciário maranhense nos últimos dois anos.

"Saímos do 26º lugar no ranking nacional de produtividade para o 4º lugar no país quando falamos em Justiça de segundo grau. É resultado de um esforço de todos os desembargadores para melhorar nossos índices no Conselho Nacional de Justiça [CNJ]", afirmou Guerreiro Júnior.

**Fóruns** - A inauguração de sete fóruns, a adequação das instalações do Fórum de São Luís e ainda serviços de reforma de 22 comarcas e 14 juizados de São Luís são mais alguns destaques da administração de Guerreiro Júnior.

"Temos muitos avanços,

principalmente na estruturação da Justiça de primeiro grau com a construção, reforma, ampliação, manutenção em dezenas de unidades administrativas e jurisdicionais no estado", disse.

A construção do Fórum de Imperatriz também é destacada por Guerreiro Júnior. De acordo com o presidente, uma sede do judiciário na maior cidade da Região Tocantina do estado era necessária.

Já em relação à construção da nova sede do Tribunal de Justiça em São Luís, o desembargador presidente afirmou que não foi possível iniciar o projeto, cujo valor ultrapassa R\$ 350 milhões, segundo Guerreiro Júnior. Ele considerou elevado o valor para a realidade orçamentária do judiciário maranhense.

Guerreiro Júnior informou que o terreno para construção da nova sede do TJ está disponível, mas para a construção é necessária uma parceria com o Governo do Estado. "É uma obra para quatro gestões do TJ. Não iniciamos porque decidimos investir no interior do estado, que precisa de estrutura para funcionar. Se fôssemos fazer essa obra aqui em São Luís, iríamos sacrificar a Justiça no interior", afirmou.

## Números

**600**  
servidores foram convocados na gestão de Guerreiro Júnior

**3**  
vagas de desembargador foram criadas

**31**  
vagas foram abertas para concurso de juiz

**7**  
fóruns foram inaugurados



Antonio Guerreiro Júnior anunciou ontem a pagamento de reposição salarial aos servidores do TJ

“

Saímos do 26º lugar no ranking nacional de produtividade para o 4º lugar no país quando falamos em Justiça de

segundo grau. É resultado de um esforço de todos os desembargadores para melhorar nossos índices no Conselho Nacional de Justiça (CNJ)”

Antonio Guerreiro Júnior,  
presidente do Tribunal de  
Justiça do Maranhão

# Vinte crianças abusadas por dia na Grande São Luís

De janeiro à primeira semana deste mês, a Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA) registrou 1.528 denúncias de abuso sexual na região metropolitana de São Luís. O número já é maior do que o de todo o ano passado: 1.500. Por dia, a média de atendimentos na delegacia chega a 20 casos. Mas os números podem ser maiores, pois, por envolverem na maioria dos casos familiares e amigos, nem sempre as denúncias são feitas. Os registros mais comuns são: abuso sexual (estupro e atentado violento ao pudor), seguido de violência física (lesão

corporal) e maus-tratos. As principais vítimas são meninas de até 13 anos e, em 40% dos casos, os agressores são pessoas próximas a elas – padastro, pai, tio, vizinho e amigo da família. Esse tipo de crime prevê prisão do autor e é inafiançável.

URBANO

## INFÂNCIA ROUBADA

# 20 casos de abuso sexual por dia na DPCA

Segundo a DPCA, de janeiro até a primeira semana deste mês, foram registradas 1.528 denúncias, já ultrapassando as ocorrências do ano passado, que somaram 1.500. Números podem ser superiores, pois nem todas as ocorrências são denunciadas por conta do medo ou da omissão das partes

SANDRA VIANA

**A**os 14 anos, Maria\* tem uma filha que completou dois anos, fruto de violência sexual que ela sofreu aos 12. O autor do crime foi o namorado da irmã, um homem, à época, com 45 anos e que se aproveitou da confiança da família da menina. Por conta da gravidez, Maria, ainda criança, perdeu a infância para se adaptar à vida de mãe. A jovem integra a estatística da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), que aponta as meninas de até 13 anos como principais vítimas de violência sexual contra crianças e adolescentes; e os agressores, em 40% dos casos, pessoas próximas da vítima – padrasto, pai, tio, vizinho, amigo da família. Segundo a DPCA, de janeiro até a primeira semana deste mês, foram registradas 1.528 denúncias, já ultrapassando as ocorrências do ano passado, que somaram 1.500. Por dia, a média de atendimentos chega a 20. Números que podem ser bem maiores, pois nem todas as ocorrências são denunciadas, segundo a delegacia.

Os registros mais comuns deste tipo de violência são o abuso sexual (estupro e atentado violento ao pudor), seguido de violência física (lesão corporal) e maus-tratos. “É um quadro que quase não se altera. Os atores e a faixa etária das vítimas são os mesmos. Já a demanda cresce a cada dia”, explica a delegada titular da DPCA, Iglia Freitas. O fator social também influi nos registros. “Observamos que a violência é proporcional à condição da vítima. Maior parte dos registros são vítimas de áreas periféricas, que, mais pobres e sem acesso à informação se tornam mais vulneráveis a estes crimes”.

Casos como o de Maria, frequentemente chegam à delegacia e culminam em inquéritos criminais. São crimes que prevêm prisão do autor e inafiançáveis. Porém, o trabalho dos profissionais esbarra na morosidade da justiça, no déficit de pessoal e equipamentos que não suportam a demanda. O resultado são processos que levam anos para serem concluídos, dados os pra-

zos estipulados pelo sistema. “A justiça ainda é muito morosa e isso contribui para a demora na punição dos agressores”, destaca Iglia Freitas.

### Monitoramento

Os problemas que atingem a DPCA serão alvo de ação do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente (Ceca). Amanhã, às 9h, uma equipe do órgão vai visitar a DPCA para se inteirar da atual situação do complexo. Membros do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) foram convidados para a visita. E no dia 15, a discussão será na Delegacia Geral de Polícia Civil, em horário a ser confirmado. O objetivo é fazer relatório da situação e encaminhar ao Ministério Público para tomar as providências, a exemplo de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). “Sabemos da situação do complexo, mas vamos promover essa visita e abrir o debate, para relatar, enviar aos órgãos e cobrar os resultados, seja um TAC ou

outro meio”, disse a coordenadora do Ceca, Maria Ribeiro da Conceição, que também integra o Centro de Defesa Pe. Marcos Passerini (CDMP). A coordenada destaca que a atuação do Conselho vem surtindo resultados e aponta um trabalho em conjunto com os demais órgãos de atenção à criança e ao adolescente. Ela destaca que a própria DPCA foi criada por uma ação do Conselho, consolidando-se em 2005 com a execução do projeto. “Até então, não tínhamos um órgão que reunisse toda a rede em um só lugar para atender essas vítimas”, destaca Maria da Conceição.



É um quadro que quase não se altera. Os atores e a faixa etária das vítimas são os mesmos. Já a demanda cresce a cada dia

**Iglia Freitas**, delegada titular da DPCA



Até então, não tínhamos um órgão que reunisse toda a rede em um só lugar para atender essas vítimas

**Maria da Conceição**, coordenadora do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente

**>> SAIBA MAIS**

## Atendimento especializado

O aumento na capacidade de atendimento – que passou a ser realizado 24 horas por dia, todos os dias da semana, inclusive domingos e feriados – e a ampla divulgação do canal de denúncias, aumentaram também o número de denúncias registradas. Os casos contra crianças e adolescentes representam 20% do total de chamadas do Disque Denúncia. Atua junto à DPCA o Centro de Perícias Técnicas para a Criança e o Adolescente (CPTCA) com atendimentos em perícia e exames médicos. Após a denúncia da violência é feito o Boletim de Ocorrência, a vítima é encaminhada à Assistência Social onde passa por triagem e após, à delegada especializada. A vítima se submete à perícia para constatar se houve a violência e é disponibilizado atendimento com equipe multidisciplinar e acompanhamento psicológico. Se houver necessidade, também recebe visitas monitoradas dos agentes da DPCA e CPTCA. “O ideal seria que fossem criadas delegacias deste porte em bases-polo dos demais municípios. A DPCA atua com sobrecarga, alta demanda e pouco efetivo”, exemplifica a assistente social da delegacia, Fernanda Frazão Ramos.

**>> Personagem da Notícia**

“O fato da violência contra a criança e o adolescente serem, em sua maioria, cometidas por pessoas próximas e de confiança, acarreta em sérios problemas que podem se estender no decorrer da idade. Essa vítima terá dificuldade em confiar nas pessoas; pode desenvolver transtornos psíquicos como depressão e Transtorno Obsessivo Compulsivo (TOC); retroceder em fases da vida; ter insônia. Os pais percebem que há algo errado pelo próprio comportamento da criança, mas, em alguns casos, a mãe, por exemplo, custa a acreditar e pode passar a culpa do ato à criança. A vítima, por sua vez, pode não relatar ou confirmar o que ocorre por medo das ameaças que sofre do agressor. Por isso, os órgãos de competência e especializados para atender essa vítima. Há os casos dos abusadores, aqueles que praticam o ato com crianças, com mulheres, geralmente homens; e os pedófilos, que são os portadores de problema psicológico e que desenvolve atração por crianças. No geral, o perfil é de agressores homens e conhecidos da vítima, como padrastos, o próprio pai, tios e vizinhos. Isso já torna mais difícil o conhecimento dos casos, pois as vítimas temem e se sentem expostas e desprotegidas para denunciar, se tornam marcadas por aquela violência. A informação, a divulgação, ações educativas na escola e família e a denúncia são fatores que podem somar na mudança dessa triste realidade e diminuir o índice de registros.”



MAÍZA CRISTIANE ALVES FRANÇA, PSICÓLOGA



Delegada Iglia Freitas afirmou que os registros mais comuns deste tipo de violência são de abuso sexual, como estupro e atentado violento ao pudor



casos registrados em  
2012



casos registrados  
de janeiro a outubro  
deste ano na capital



média de  
atendimentos por dia  
na DPCA

## VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

# Vara da Mulher volta a funcionar no Monte Castelo

A Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de São Luís volta a funcionar, a partir de hoje, no antigo endereço, no bairro Monte Castelo (Avenida Getúlio Vargas, nº 87). De maio até este mês a unidade jurisdicional funcionou no Fórum Des. Sarney Costa, no Calhau, para reforma da sede própria no Monte Castelo.

O juiz titular da unidade, Nelson Melo de Moraes Rêgo, disse que além da reforma das instalações físicas, a unidade terá um sistema de segurança por monitoramento eletrônico com câmeras nas áreas externa e interna da Vara da Mulher.

Instalada em março de 2008, a unidade recebe por mês mais de 250 processos. Só este ano foram 2.097 novas ações referentes a medidas protetivas de urgência e processos criminais. Atualmente, há 2.960 processos tramitando. No final do ano passado eram 2.593.

São ações voltadas exclusivamente para o enfrentamento da violência doméstica e fa-

miliar contra a mulher, como violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, no âmbito doméstico e familiar ou praticada por agressor que conviva ou tenha convivido com a ofendida, independente de habitarem na mesma casa.

Conforme Nelson Rêgo, as denúncias chegam à unidade jurisdicional por meio da Delegacia da Mulher, Centro de Referência do Município de São Luís (Casa da Mulher), Ministério Público e Defensoria Pública ou advogado particular. A vítima também pode se dirigir diretamente à Vara da Mulher, onde recebe atendimento imediato, sem a necessidade de se fazer acompanhar por advogado ou receber qualquer outro auxílio externo.

A unidade conta com uma equipe formada por psicólogo, assistentes sociais e comissários da infância e juventude, apta a desenvolver os programas de atendimento às vítimas e agressores. O contato com a Vara da Mulher pelo telefone (98) 3221-4242.



**FARÃO PARTE** do material descartável os agravos com decisão final e sem possibilidade de outro recurso

## *Arquivo do TJMA encaminha novo lote de agravos para reciclagem*

O Arquivo do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) está descartando 190 agravos de instrumento - recursos formados, em sua quase totalidade, por cópias de processos, passíveis de eliminação. Só farão parte do material descartável os agravos com decisão final e sem possibilidade de outro recurso. Outros 14 mil agravos de instrumento já foram descartados pelo TJMA.

Os documentos dos anos de 2005 e 2006 estão relacionados em editais de eliminação (06 e 07/2013), publicados no Diário da Justiça Eletrônico nos dias 27 e 30 de setembro. Os advogados e demais interessados têm até 30 dias para solicitar o resgate dos autos. Após esse prazo, os processos serão encaminhados para reciclagem e não mais poderão ser reclamados. Os interessados no resgate dos documentos deverão dirigir-se ao Arquivo (Alemanha) para recebimento dos processos.

O trabalho é feito em parceria com a EcoCemar, responsável pela reciclagem e reaproveitamento do material, e obedece ao Programa Nacional de Gestão

Documental e Memória do Judiciário (Proname/CNJ), que prevê a eliminação dos autos datados de 1970 até os dias atuais de agravos de instrumentos.

**Transitórios** - O presidente da Comissão de Documentação, Revista e Publicações do TJMA, desembargador Lourival Serejo, destaca que a maior preocupação do Judiciário é preservar documentos que tenham valor histórico, o que não acontece com a quase totalidade dos agravos de instrumentos. "São processos transitórios, de pequena durabilidade e não reservam nenhuma atenção para serem mantidos em arquivo", avalia.

O chefe da Divisão de Controle do Acervo, Christoffersson Melo, explica que os autos não são totalmente eliminados. "São preservados alguns documentos originais, como pareceres do Ministério Público, preparos (pagamento das custas processuais) e acórdãos ou decisões monocráticas", diz. Está prevista cota de preservação prudencial de autos com importância histórica e social de 15% do total, para promover a memória e a pesquisa.

# Aprovado novo Código de Normas da CGJ-MA

Foi assinado ontem (8), pelo corregedor-geral da Justiça do Maranhão, Des. Cleones Cunha, o Provimento nº 11/2013 que aprova o novo Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão. O documento reúne todas as normas e procedimentos referentes aos serviços judiciais de 1º Grau e extrajudiciais.

“Este novo Código de Normas foi um trabalho minucioso realizado ao longo dos quase dois anos à frente da Corregedoria, para que a magistratura estadual tivesse em mãos um código renovado e atualizado para auxílio no dia a dia das atividades jurisdicionais”, declarou o corregedor Cleones Cunha.

O novo Código de Normas da CGJ-MA foi atualizado considerando as profundas alterações no Código de Processo Civil, Código de Processo Penal e leis extravagantes, além do tempo decorrido desde a última

edição, publicada em 2003. O primeiro Código de Normas da CGJ-MA foi editado em 1999.

Das edições anteriores, os três títulos originais foram mantidos, mas tiveram novos capítulos e seções acrescentados. São títulos do código: Corregedoria Geral da Justiça, Serviços Judiciais e Serviços Extrajudiciais. Entre os destaques dos novos capítulos e seções estão as secretarias judiciais (criadas em 2003 pela Lei Complementar nº 68) e os capítulos exclusivos à Infância e Juventude e aos sistemas auxiliares da Justiça como INFOJUD, Bacen Jud, INFOSEG, RENAJUD, Hermes - Malote Digital, SIEL.

Outra atenção especial foi dada aos serviços extrajudiciais diante das inúmeras alterações no campo normativo nacional e necessidade da definição de procedimentos específicos para a uniformização dos serviços extrajudiciais na área de Registros Públicos.

## Viúva de estivador vítima de acidente de navio receberá R\$ 100 mil de indenização

A empresa Costa Norte Marotoma e o Sindicato dos Estivadores e Trabalhadores em Estiva de Minérios de São Luís foram condenados a pagar R\$ 100 mil de indenização por danos morais a Maria Eleotéria Soares Abreu, esposa do estivador Luiz Miguel de Lima, vítima fatal de acidente de trabalho. A decisão é da 1ª Câmara Cível, que reformou sentença proferida pela 6ª Vara Cível da Capital.

De acordo com os autos, o fato aconteceu em 1996, quando a vítima trabalhava como estivador, no Porão II do Navio Frota Singapore, que se encontrava ancorado no Porto do Itaqui, em São Luís.

O laudo pericial produzido no inquérito instaurado pela Capitania dos Portos

do Maranhão e apresentado posteriormente na ação rescisória, contribuiu para a modificação do julgamento, ao afastar a responsabilidade do estivador pelo acidente. O documento também comprovou que a má estiação da carga no porão, bem como o fato da embarcação está carregando outro porão, foram as causas determinantes do acidente.

O desembargador Raimundo Barros, que proferiu voto vista, entendeu que a parte teve dificuldade de acesso ao laudo pericial ou, até mesmo, desconhecia o documento, elaborado, provavelmente, de forma sigilosa, comum nas atividades militares. Por esse motivo, concluiu que Maria Abreu deveria ser indenizada por danos morais ocasionados pela perda de seu companheiro.

Em seu voto, Raimundo Barros citou entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), referindo-se às condições desiguais vivenciadas por trabalhadores rurais e seus familiares. "O STJ considera ser irrelevante o fato do documento apresentado ser preexistente à abertura da ação.

**ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO****COMARCA DE VIANA - SECRETARIA JUDICIAL DA 2ª VARA**

Fórum Des. Manoel Lopes da Cunha - Rua Antonio Lopes, s/nº. - Centro -Viana/  
MA -CEP 65 .215-000

**EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 40 (QUARENTA) DIAS**

O DOUTOR REGINALDO DE JESUS CORDEIRO JÚNIOR, JUIZ TITULAR VA 2ª VARA JUDICIAL DA COMARCA DE VIANA DO ESTADO DO MARANHÃO, NO USO LEGAL ETC... FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e 2ª Vara Judicial, tramita os autos da ação de execução, processo de nº. 1679-76.2012.8.10.0061, que tem como requerente BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A, e como requerido ANTENOR ABREU. É o presente para CITAR: ANTENOR ABREU, brasileiro, agropecuarista, em lugar incerto e não sabido, para no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento da dívida no valor de R\$ 7.763,45 (sete mil, setecentos e sessenta e três reais e quarenta e cinco centavos), advertido que em caso de integral pagamento no referido prazo a verba honorária fixada será reduzida pela metade (CPC, art. 652-A, § 1º.), bem como se não pagar a dívida efetuar-se-á a penhora "on line" ou de tantos bens quantos forem necessários para garantir a execução, bem como poderá o executado oferecer embargos, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do término do prazo do edital. E para que ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir, o presente EDITAL, que será publicado no Órgão Oficial e na sede desta Comarca, no local de costume. O que se CUMPRÁ nos termos e forma da Lei. Dado e passado o presente nesta Secretaria Judicial da 2ª Vara, ao meu cargo, nesta cidade de Viana do Estado do Maranhão, aos 18 dias do mês de julho de 2013. Eu, Gracileia Aline Santana Nunes (Secretária Judicial da 2ª Vara), digitei e subscrevi.

  
Juiz REGINALDO DE JESUS CORDEIRO JUNIOR  
Titular da 2ª Vara da Comarca de Viana

# TJMA aumenta em 11,98% o salários dos servidores

PÁGINA 2 [C1]

# TJMA implanta percentual de 11,98% nos salários dos servidores

A partir deste mês, todos os servidores do Poder Judiciário do Maranhão terão o percentual de 11,98% decorrentes da URV (Unidade Real de Valor) implantados em seus contracheques, com a conseqüente repercussão nas folhas de novembro, dezembro, 13º salário e Gratificação por Produtividade Judiciária (GPJ).

O anúncio foi feito pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Antonio Guerreiro Júnior, após a publicação do Decreto Nº 29.396/2013, no Diário Oficial do Estado do dia 27 de setembro, disponibilizado nesta terça-feira (8).

“É mais uma conquista que serve de estímulo aos servidores da Justiça, mostrando o nível de com-

prometimento do Tribunal com a sua valorização profissional”, ressaltou Guerreiro Júnior.

O Decreto do Estado abriu o crédito suplementar de R\$ 12 milhões do orçamento do Poder Judiciário, para reforço das dotações da Lei Orçamentária atual, após o pedido feito pelo presidente do TJMA, para cumprimento de decisão judicial em favor dos servidores.

Guerreiro Junior solicitou a liberação de R\$ 32 milhões, valor que seria necessário para realizar o pagamento de todo o exercício de 2013, como já vinha sendo executado para decisões anteriores.

O diretor Financeiro do Tribunal, Luiz Carlos Calvet, ressaltou o esforço do presidente em sensibili-

zar o Governo e levantar recursos para o pagamento retroativo, porém o valor aberto permite somente a implantação para os meses restantes de 2013, em razão do grande volume envolvido, sob pena de crime de responsabilidade.

Os demais meses de 2013 e os valores anteriores deverão ser cobrados por meio de precatório. “O Tribunal de Justiça poderia pagar todo o exercício de 2013, desde que o orçamento permitisse”, informou Calvet.

Outros dois Decretos do Estado (Nº’s 29.395/13 e 29.397/13) abriram crédito suplementar no valor de R\$ 15.762.428,00 do orçamento do Judiciário, utilizáveis exclusivamente para despesas correntes.

## Maioria dos processos da 2ª Vara de Entorpecentes envolve “aviões”

Na 2ª Vara de Entorpecentes de São Luís tramitam atualmente 303 processos referentes ao tráfico de drogas. A unidade encerrou o ano de 2012 com 573 ações e já recebeu este ano – até o mês de setembro – 202 novos processos, sendo 83% ações penais. A maioria envolve pessoas na faixa etária de 18 a 20 anos, os chamados “aviões”, que se encarregam de entregar a droga aos compradores.

O juiz titular da unidade, Adelman Nascimento Pereira, explicou que, atualmente, a maioria dos casos de tráfico que chegam à 2ª Vara de Entorpecentes envolve pessoas com menor poder aquisitivo. Antes, esse crime

era mais comum em indivíduos de 25 a 30 anos. De acordo com o magistrado, em muitos casos há dificuldade de se provar a materialidade do crime, pela falta de provas. Há situações em que a pessoa com quem a droga é encontrada alega ser usuária e que o produto seria utilizado para consumo próprio.

Conforme a legislação (artigo 28 da Lei 11.343/2006), a pena para o usuário de drogas vai desde advertência sobre os efeitos das drogas, prestação de serviços à comunidade à medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo. Já para o traficante, caberá pena de cinco a 15 anos de reclusão.